



---

## Revisão do ECD em marcha > as respostas da FNE

---

ensinar e aprender  
numa escola que prepara  
para o futuro

A large, stylized '@' symbol is centered within a circular graphic. The graphic is composed of two concentric circles: an outer orange-red ring and an inner dark grey ring. The text 'ensinar e aprender' is written in white along the top arc of the orange-red ring, and 'numa escola que prepara para o futuro' is written in white along the top arc of the dark grey ring.

Ano XX • n.º 4 • Dezembro 2009  
 preço 1€  
 periodicidade bimestral  
 proprietário Federação Nacional dos  
 Sindicatos da Educação  
 director João Dias da Silva  
 colaboradores Daniel Sampaio •  
 Eduardo Sá • Fernando Albuquerque  
 Costa • José Luis D'Orey • Leonilde Olim  
 • Maria José Rangel • Nuno Santos

sindicatos membros Sindicato dos  
 Professores da Zona Norte • Sindicato  
 dos Professores da Zona Centro •  
 Sindicato Democrático dos Professores  
 da Grande Lisboa • Sindicato  
 Democrático dos Professores do Sul •  
 Sindicato Democrático dos Professores  
 dos Açores • Sindicato Democrático dos  
 Professores da Madeira • Sindicato dos  
 Professores das Comunidades Lusíadas  
 • Sindicato dos Técnicos Superiores,  
 Técnicos, Administrativos e Auxiliares  
 de Educação da Zona Norte • Sindicato  
 dos Técnicos, Administrativos e  
 Auxiliares de Educação da Zona Centro •  
 Sindicato dos Técnicos, Administrativos  
 e Auxiliares de Educação da Zona Sul e  
 Regiões Autónomas

redação Rua Costa Cabral, 1035 •  
 4200-226 Porto • tel. 225073880 •  
 fax 225092906 • secretariado@fne.pt  
 design gráfico Isabel Santos  
 impressão LabGraf  
 distribuição FNE  
 registo na D.G.C.S. n.º 115519

depósito legal 53657/92  
 tiragem 22500 exemplares

## FNE CELEBRA DIA NACIONAL DO TRABALHADOR NÃO DOCENTE COM EXIGÊNCIA DE DEFINIÇÃO DE CARREIRA ESPECIAL

A FNE promoveu em Viseu, na Escola Secundária Alves Martins, a celebração do Dia Nacional do Trabalhador Não Docente, no dia 24 de Novembro de 2009, com um seminário em que participaram fortes delegações dos três sindicatos da FNE do sector (STAAEZNorte, STAAEZCentro e STAAESul e Regiões Autónomas), para além de terem estado presentes representações dos sindicatos de professores da mesma Federação.



O seminário debruçou-se sobre questões específicas destes Trabalhadores, tendo sido identificadas linhas orientadoras para a acção reivindicativa que a FNE deve desenvolver, para promover o reconhecimento e a valorização das respectivas carreiras.

A questão da determinação de uma carreira especial para os Trabalhadores Não Docentes da Educação acabou por constituir a linha de orientação mais forte desta celebração.

Mas outras questões foram identificadas, nomeadamente:

- a revisão da Lei de Vínculos, Carreiras e Remunerações, em termos de aumento da confiança da relação profissional do Estado com os seus Trabalhadores;
- a revisão do Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas, com garantia de respeito pelas especificidades do trabalho dos Não Docentes;
- a correcção dos desajustamentos decorrentes da dupla dependência dos Trabalhadores envolvidos nos contratos de execução já celebrados para transferência de competências para os Municípios;
- a promoção do efectivo direito à formação contínua;
- a revisão do regime de avaliação de desempenho, eliminando as quotas e contextualizando a avaliação individual no quadro da avaliação externa do estabelecimento de ensino;
- a determinação de mecanismos de respeito pelas condições básicas de Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho, bem como a identificação das doenças profissionais específicas do sector;
- o fim da utilização abusiva de POC para eliminar a obrigação de abertura de lugares de quadro para actividades permanentes da escola.

Foi assim uma jornada exigente e rigorosa a que ficou a marcar a celebração deste ano do Dia Nacional do trabalhador Não Docente.

*Este é o último número do  
 “Notícias da Federação”  
 de 2009.*

*Por isso, aproveitamos  
 para apresentar a todos os  
 Trabalhadores da Educação,  
 Educadores de Infância,  
 Professores dos Ensinos Básico,  
 Secundário e Superior,  
 e Trabalhadores Não Docentes,  
 votos de um Bom Natal e de um  
 Ano Novo de 2010 que a todos  
 traga sucessos pessoais  
 e profissionais.*

### ÍNDICE

3 - EDITORIAL • 4 - PRINCÍPIOS DA REVISÃO DO ESTATUTO DA CARREIRA DOCENTE E DA SUA ARTICULAÇÃO COM A AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO  
 5 - RESPOSTA DA FNE • 7 - AS TIC NA EDUCAÇÃO • 8 - É POSSÍVEL O E-LEARNING EM PORTUGAL SE VENCERMOS MEDOS E PRECONCEITOS  
 9 - EU, OS MEUS ALUNOS E AS TIC • 12 - A ESPERANÇA DE QUE OS ALUNOS FUJAM PARA A ESCOLA • 13 - NTIC'S - NOVAS TECNOLOGIAS DE  
 INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO • 14 - O PROFESSOR E AS TIC: CONTRIBUTOS PARA LITERACIA DIGITAL

# editorial

## Tempo de negociação



Finalmente, há sinais de que na área da Educação se pode começar a trabalhar com espírito negocial.

Os resultados das eleições de 27 de Setembro passado, a actual composição da Assembleia da República e o Governo que resulta daquelas eleições constituem uma situação nova que converge no sentido de que quaisquer decisões têm de resultar da confluência das perspectivas dos diferentes interessados em cada área.

Entretanto, e bem, o Governo iniciou um processo de negociação com vista à revisão do Estatuto da Carreira Docente e à substituição do modelo de avaliação de desempenho.

Para além disto, os Partidos com assento na Assembleia da República deram expressão aos seus compromissos eleitorais em relação à questão do ECD com a apresentação, logo no início da Legislatura, de várias propostas. A deliberação que acabou por ser aprovada no Parlamento veio ao encontro de propostas que a FNE defendeu: o fim da divisão dos professores em duas categorias; o início de um processo negocial urgente; a eliminação de quaisquer efeitos negativos em resultado do processo de avaliação que termina em 31 de Dezembro próximo.

A FNE deve aproveitar esta oportunidade para encontrar fórmulas de resolução dos múltiplos problemas instalados no sistema educativo:

- o restabelecimento da serenidade nas escolas, em torno de uma carreira docente dos educadores de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário que seja atractiva e mobilizadora e de um modelo de avaliação de desempenho justo, sério e rigoroso;
- a eliminação de factores de perturbação que resultam dos novos estatutos de carreiras dos docentes do ensino superior universitário e politécnico, nomeadamente ao nível da transição do regime anterior para o novo;
- a determinação de uma carreira especial para os Trabalhadores Não Docentes da Educação que contemple a especificidade das suas responsabilidades;
- a clarificação do regime de trabalho dos docentes do ensino português no estrangeiro, evitando-se situações inaceitáveis de discricionaridade.

Pelo lado da FNE, o caminho é de aposta no diálogo e na negociação e, se possível, na concertação. Mas também não evitaremos o apelo à mobilização e à luta se os interesses dos que defendemos não estiverem a ser acautelados.

fne

# Princípios da revisão do Estatuto da Carreira Docente e da sua articulação com a Avaliação de Desempenho

Este foi o documento de partida para a revisão do ECD que o ME apresentou na reunião do dia 25 de Novembro

## 1) Estruturação da carreira docente:

- Carreira única para os educadores de infância e para os professores dos ensinos básico e secundário;
- Carreira com uma única categoria, sem divisão entre professores titulares e não titulares;
- Desenvolvimento da carreira em 10 escalões;
- Especialização funcional facultativa nos dois escalões do topo da carreira, para as funções de supervisão pedagógica, de gestão da formação, de desenvolvimento curricular e de avaliação, acessível, sob candidatura, aos docentes que possuam formação específica adequada.

## 2) Ingresso na carreira:

- Ingresso na carreira dependente de qualificações adequadas, mérito e selectividade;
- Selectividade no ingresso na carreira realiza-se através de uma prova pública de acesso e da aprovação no final de um período probatório de um ano, em que é obrigatória a observação de aulas e a avaliação da prática docente não lectiva.

## 3) Progressão na carreira e sua articulação com a avaliação de desempenho:

- Acesso ao escalão imediatamente superior mediante a conjugação dos seguintes elementos: tempo de serviço, formação contínua ou especializada e mérito traduzido na classificação obtida na avaliação de desempenho, sem prejuízo da dimensão também formativa da avaliação;
- O sistema de classificação e o regime dos efeitos da avaliação de desempenho continuarão a assegurar consequências efectivas da avaliação nas condições e no ritmo de progressão na carreira, sem prejuízo das adaptações

necessárias à nova estruturação da carreira docente;

- Independentemente dos normais ciclos de avaliação de dois anos, a avaliação com observação de aulas é condição de acesso ao 3º e ao 5º escalão, bem como ao 7º escalão quando tal observação não tenha tido lugar em nenhum dos ciclos anteriores. Se ao docente não estiver distribuído serviço lectivo, a avaliação requerida para o acesso aos escalões referidos inclui um relatório elaborado pelo director da escola;
- As condições de progressão na carreira promovem a necessária selectividade da progressão, como forma de estimular e premiar um melhor desempenho, mediante a fixação anual de vagas para acesso ao 3º, ao 5º e ao 7º escalão.

## 4) Distribuição de responsabilidades funcionais:

- A atribuição de funções de coordenação, orientação, supervisão pedagógica e avaliação são reservadas aos docentes posicionados a partir do 4º escalão da carreira, preferencialmente detentores de formação especializada e, de entre eles, sempre que possível aos docentes dos dois últimos escalões que tenham optado pela especialização funcional correspondente;
- A Direcção de cada escola poderá, por motivo justificado, designar para as funções referidas no ponto anterior docentes posicionados no 3º escalão, desde que possuam formação especializada para o desempenho das funções em causa.

## 5) Regime transitório:

- Transitoriamente, aos docentes que actualmente se encontram posicionados nos índices 299 e 340 aplicam-se as regras de progressão previstas no Decreto-Lei nº 270/2009.

# Resposta da FNE ao documento apresentado pelo ME na reunião de 25 de Novembro de 2009, sob a epígrafe

## Princípios sobre a revisão do estatuto da carreira docente e a sua articulação com a avaliação de desempenho

### Enquadramento

A FNE sempre assumiu, ao longo da sua história, posições claras relativamente à determinação da estrutura da carreira docente, valorizando um conjunto de princípios que constituem aspectos essenciais que considera que devem ser observados para que a carreira docente se revele atractiva, gratificante e mobilizadora.

Foi nessa sequência que a FNE apresentou ao Governo anterior um documento que contempla um conjunto de propostas concretas e que assenta nos princípios que defende, constituindo uma solução consistente e credível para a redefinição da estrutura da carreira docente. Esse mesmo documento foi entregue à Senhora Ministra da Educação do actual Governo na primeira reunião que realizámos.

Assim, para a FNE, a carreira docente, deve ser construída de modo a mobilizar novos profissionais e a garantir um estatuto sócio-profissional que traduza com justiça o nível de qualificações exigidas para o desempenho da função, para a responsabilidade educativa e social que é colocada sobre os docentes, e para a intensidade de dedicação que lhe é exigida. Com efeito, aos profissionais docentes exige-se, como é sabido, um elevado nível de habilitações académicas iniciais e o esforço permanente de formação contínua, apelando-se ainda a formações especializadas nomeadamente para o exercício de cargos. Deste modo, a carreira docente deve:

- garantir níveis remuneratórios ajustados ao grau de qualificação inicial exigida, revelando-se economicamente aliciente, e desde logo para os que en-

tram na profissão, o que, aliás, a FNE concretiza na proposta já referida ao definir o índice 170 para início de carreira;

- permitir que os mais jovens possam mais rapidamente subir no início da escala salarial;
- determinar que o topo da carreira esteja acessível a todos os docentes;
- garantir que se respeite, no mínimo, a paridade de topo desta carreira com o da carreira técnica superior da administração pública, não deixando de ter em linha de conta o nível de formação inicial que se exige.

Para além destas considerações genéricas, a FNE considera que o tempo de serviço prestado entre 30 de Agosto de 2005 e 31 de Dezembro de 2007 seja completamente considerado, para efeitos de progressão em carreira, como aliás acontece já na Região Autónoma dos Açores, bem como a contagem do tempo de serviço perdido pelos docentes, no momento da aplicação das regras de transição para a carreira definida pelo ECD ainda em vigor.

Assim, a FNE considera essencial a reparação daquela situação, e a determinação de regras de transição para a nova carreira, garantindo-se que em nenhuma circunstância qualquer docente seja prejudicado na consideração, para efeitos de carreira, de todo o tempo de serviço prestado.

### Apreciação global do documento

Tendo agora em linha de conta o documento apresentado na reunião do dia

25 de Novembro, bem como a primeira reunião de negociação já ocorrida, a FNE regista que a manifestação positiva do ME para que o processo negocial em curso aposte no diálogo e na negociação vai ao encontro de idêntica perspectiva que a FNE partilha, o que significa que de ambas as partes existe a vontade de consensualizar soluções, em espírito de abertura e sem posições fechadas.

Mas o documento inicial entregue pelo ME por ocasião da reunião de 25 de Novembro deixa muitas questões por esclarecer quanto ao que constituem as perspectivas concretas de solução que são encaradas e para que se aponta. Deste modo, e na expectativa de futuros esclarecimentos, não podemos deixar de nos situar ainda num registo genérico.

Por outro lado, e sem embargo do acordo global manifestado em relação ao calendário e à metodologia desta fase negocial, consideramos que as negociações parcelares previstas incidem sobre matérias – estrutura da carreira e avaliação de desempenho – que são parte integrante do ECD e que, articulando-se entre si, não permitem alcançar plenamente o seu conteúdo, âmbito e efeitos, se desinseridas do seu contexto e da sua inter-relação.

Deste modo, e para uma tomada de posição estribada numa visão sistémica do ECD, importa que todas as alterações das formulações propostas possam ser analisadas simultaneamente em momento posterior, para se aquilatar dos reais efeitos das mesmas.

### Apreciação na especialidade

#### 1) Estruturação da carreira docente:

Registamos que FNE e ME convergem quanto aos princípios de que a “carreira seja única para os educadores de infância e para os professores dos ensinos básico e secundário” e que se trabalhe sobre a concepção de uma “carreira com uma única categoria, sem divisão entre professores titulares e não titulares”.

A FNE sublinha como fundamental que a carreira docente seja única e não integre quaisquer categorias hierarquizadas, o que significa que o desempenho de cargos e funções pode ser atribuído a qualquer docente, preferencialmente desde



[cont.]

que verificadas condições de experiência e formação especializada.

**Mas, para o bom prosseguimento do processo negocial em curso, impõe-se que o ME clarifique a sua perspectiva sobre a duração global da carreira para acesso ao topo e sobre a duração dos escalões que a poderão compor, bem como sobre a sucessão de índices remuneratórios que se pretendem associar a esses escalões.**

Importa identificar o tempo de serviço para acesso ao escalão de topo, considerando a FNE que deve haver uma redução em relação à situação actual, aproximando nesta matéria os docentes portugueses do registo médio vigente nos países da União Europeia. Só a partir daí se poderá passar à determinação do número de escalões em que a carreira deve estar estruturada.

**A FNE considera que a determinação do ritmo de progressão em carreira não pode assentar em constrangimentos administrativos, como o estabelecimento de vagas de acesso a escalões e patamares remuneratórios superiores, inconcebíveis para uma profissão cujo exercício é assente num mesmo e universal conteúdo funcional basilar.**

Entende a FNE que, não sendo clara a formulação da *“especialização funcional facultativa nos dois escalões do topo da carreira, para as funções de supervisão pedagógica, de gestão da formação, de desenvolvimento curricular e de avaliação, acessível, sob candidatura, aos docentes que possuam formação específica adequada”*, se impõe o seu esclarecimento.

Poderá ser preferível optar por soluções de atribuição às escolas de bolsas de horas para as funções de administração escolar (incluindo o caso dos cargos de gestão intermédia), supervisão pedagógica, gestão da formação, desenvolvimento curricular, a atribuir de acordo com critérios fixados por cada escola em função da conjugação de múltiplos factores, nomeadamente o da experiência, disponibilidade do docente para ver reduzida, por determinado período, total ou parcialmente, a respectiva componente lectiva, e o da detenção de formação especializada adequada às funções que lhe são cometidas.

## 2) Ingresso na carreira

Concordamos com o enunciado de que *o ingresso na carreira esteja dependente de qualificações adequadas, mérito e selectividade*.

Mas a FNE defende que o início de actividade profissional docente preveja o estabelecimento de um período de indução, expressão que preferimos às designações até agora utilizadas de probatório e que até pode ser considerado experimental.

Deste modo, **a FNE considera que não se justifica a existência de qualquer prova de ingresso na carreira** estabelecida entre a certificação de uma instituição de ensino superior de formação de professores e a realização de um qualquer mecanismo para determinação de condições de exercício concreto da actividade profissional.

## 3) Progressão na carreira e sua articulação com a avaliação de desempenho

Concordamos com o enunciado de que *o acesso ao escalão imediatamente superior se realize mediante a conjugação dos seguintes elementos: tempo de serviço, formação contínua ou especializada e mérito traduzido na classificação obtida na avaliação de desempenho, sem prejuízo da dimensão também formativa da avaliação*; e concordamos ainda que *o sistema de classificação e o regime dos efeitos da avaliação de desempenho continuem a assegurar condições efectivas da avaliação nas condições e no ritmo de progressão na carreira, sem prejuízo das adaptações necessárias à nova estruturação da carreira docente*.

Porque a FNE considera que a determinação do ritmo de progressão em carreira não poderá assentar em constrangimentos administrativos, como o estabelecimento de vagas de acesso a escalões e patamares remuneratórios superiores, entende que é o resultado da avaliação de desempenho que deve determinar o ritmo de progressão em carreira, admitindo, como o fez já em propostas anteriores, que possa ser identificado um momento em que se realize uma avaliação sumativa extraordinária que integre uma componente externa que torne o processo fiável, dando assim confiança aos docentes que a ele se sujeitam.

Discordamos da universalização do mecanismo de observação de aulas em processo de avaliação, considerando que ele só deve ser utilizado no plano de uma avaliação sumativa, com vista a finalidades precisas, num contexto de avaliação para o desenvolvimento profissional, e particularmente para o acesso a menções de mérito na avaliação de desempenho, ou na decorrência de uma avaliação de resultado negativo.

Entende a FNE que deverá ser introduzido um mecanismo de aceleração da progressão em carreira, dependente do reconhecimento do mérito no desempenho de funções docentes efectivas, em sede de avaliação de desempenho.

Considera ainda a FNE que a aquisição de graus académicos que constituam acréscimos em relação à formação inicial necessária à docência deve ser considerada factor de aceleração na carreira.

## 4) Distribuição de responsabilidades funcionais

Porque concordamos com o princípio de que o exercício de determinadas funções e cargos deve exigir, para além de um tempo mínimo de experiência profissional, preferencialmente, a detenção de formações especializadas, temos muitas reservas e relutância sobre a formulação que nesta matéria o ME apresenta no seu documento.

## 5) Regime transitório

Deve o ME esclarecer os termos em que se pretende cumprir com o disposto no Decreto-Lei n.º 270/2009, de 30 de Setembro e, designadamente, quanto às normas transitórias previstas no seu art.º 7.º

## 6) Docentes contratados

A FNE rejeita a continuação do recurso sistemático a docentes em regime de precariedade, através da sua contratação sucessiva e sem que da sua utilização permanente resultem responsabilidades para a entidade patronal, neste caso o Estado.

Assim, é nosso entendimento que deve ser definida com clareza a responsabilidade de, nos prazos definidos para os restantes trabalhadores, os docentes em regime de contrato individual de trabalho sejam reconvertidos em trabalhadores em contrato de trabalho em funções públicas.

# As TIC na educação

✧ Maria José Rangel  
✧ Dirigente do SDPGL



Vive-se hoje num mundo de rápidas e profundas mudanças que alteram de forma significativa a forma como as pessoas interagem entre si. Não é só a forma de comunicar que tem vindo a alterar-se, mas a própria forma de ver o mundo, a vida, os outros e a rede de relações que nos fazem existir como pessoas. Margaret Mead, no início dos anos 70, dizia que os adultos, que à época tivessem nascido antes da 2ª guerra estavam condenados a sentir-se como imigrantes no tempo. Com efeito, a sociedade em que eles nasceram, em que eles eram “nativos” desaparecera entretanto. Assim, as pessoas mesmo sem se deslocarem, podendo viver na mesma casa em que nasceram obrigatoriamente experimentavam o desenraizamento daqueles que outrora mudavam de continente. Uma ideia semelhante é sugerida por Prensky quando ele distingue os nativos digitais dos imigrantes digitais. Àqueles que nasceram na era da disseminação da informática ele denomina nativos digitais, e que corresponde em grande parte à geração que actualmente frequenta as nossas escolas básicas e secundárias. Inversamente os adultos, pais, avós e professores cresceram num mundo totalmente diverso. Os avós e os professores mais velhos nem sequer nasceram com a televisão. Os pais e os professores mais novos já nasceram num mundo marcado pela televisão, mas completamente alheio à revolução que veio a ser introduzida pelas novas tecnologias da comunicação. Dito de outro modo, se recuarmos

no tempo, constatamos que em poucos anos, as alterações foram muitíssimas e profundas, no âmbito da tecnologia, economia, cultura, comunicação, política. E o mundo onde se nasce marca a preensão que se tem de tudo e mesmo a forma como comunicamos uns com os outros.

Usando os termos de Prensky, na escola temos os professores – imigrantes digitais e temos os alunos, nativos digitais. Dito de outro modo os professores estão confrontados a ensinar e a organizar processos de aprendizagem para alunos que estão mergulhados numa cultura bem diferente da sua. Uma tal situação apresenta-se com desafios de toda a ordem.

De há uns anos a esta parte, tem vindo a disseminar-se entre os professores o acesso às novas tecnologias da informação e comunicação, tendo começado pelo uso de tais tecnologias na gestão dos processos de ensino e aprendizagem.

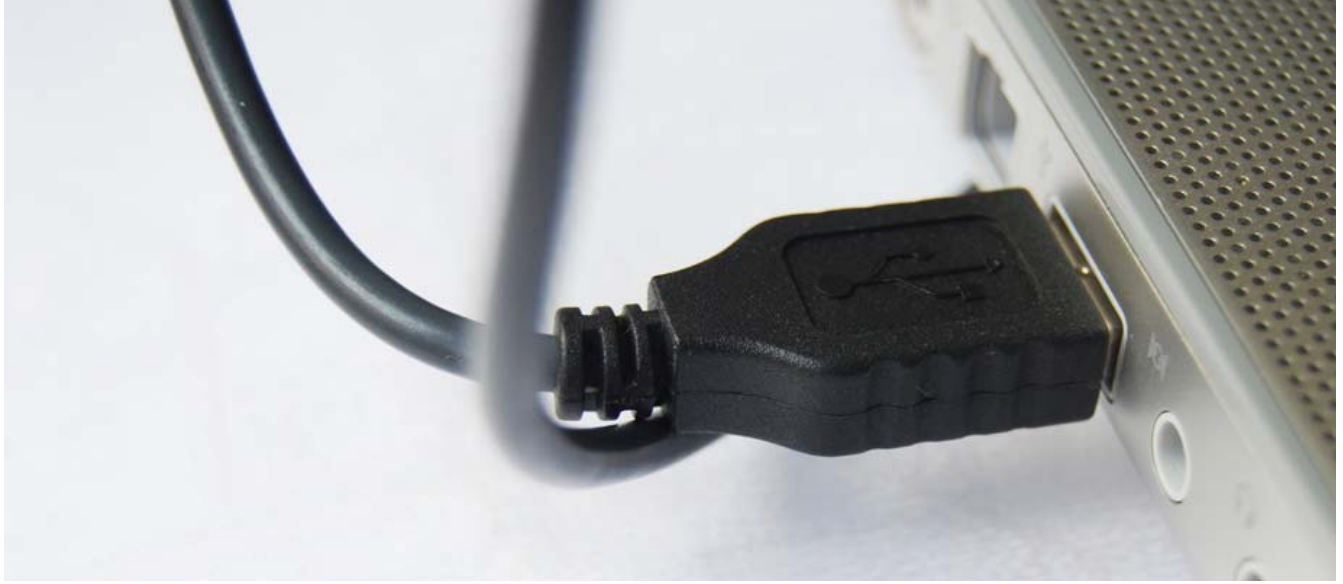
Consideráveis esforços têm sido dispendidos em investigações que se têm focalizado na descrição e compreensão das dinâmicas da sala de aula decorrentes da integração das TICs. No entanto, este campo de investigação, embora ainda em franco desenvolvimento – mas nem sempre abarcando a enorme complexidade do que está em causa - não tem tido equivalente na descrição, análise e compreensão do lugar que a comunicação virtual ocupa no desempenho da complexidade de funções que os professores são chamados a desempenhar na escola.

Os professores no desempenho das suas funções, enfrentam muito frequentemente dificuldades da mais variada ordem. Essas dificuldades revelam-se na compaginação dos horários, prossegue na ausência – ou na difícil circulação – de informação muitas vezes relevante para uma orientação continuada da vida dos alunos e estende-se à falta de disponibilidade do próprios e dos outros para reco-

lha dessa mesma informação. A dimensão demasiadamente grande das turmas e o número demasiadamente grande de alunos com que os professores interagem ao longo de uma semana, aprofundam essas dificuldades. Acresce ainda a falta de lugares – espaços e momentos – com privacidade para os encontros/reuniões formais e informais que o exercício de algumas funções, nomeadamente a de director de turma, pressupõe. E a culminar quando as situações são problemáticas e conflituosas os professores têm de assegurar a comunicação com alguns pais «difíceis de alcançar».

O recurso a funcionalidades da comunicação virtual, pode revelar-se como potenciador de estratégias de maior eficiência e maior eficácia para a superação das dificuldades quer de natureza pessoal, quer institucional, que os professores têm de enfrentar.

As tecnologias de informação e comunicação podem propiciar um novo tipo de interacção professor/aluno, uma nova forma de integração dos professores na organização escolar. No entanto, diremos que não é suficiente dispor de meios técnicos que permitam o recurso à informação e aos diferentes processos comunicacionais síncronos e assíncronos. É necessário generalizar as oportunidades de formação dos professores de modo a criar condições para uma integração plena das TIC nas instituições de ensino. Importa que os professores possam apropriar-se não só das tecnologias que pertencem a um mundo de que não são nativos – o que em muitos casos corresponde verdadeiramente a aprender uma língua estrangeira – e que se sintam à vontade na comunicação com essa nova linguagem. Sim, porque o âmago do processo de ensino e aprendizagem está nos processos comunicacionais significativos, para professores e para alunos.



# É possível o e-learning em Portugal se vencermos medos e preconceitos

♣ Daniel Sampaio  
♣ Prof. Catedrático de Psiquiatria e Saúde Mental da Fac. Medicina de Lisboa



Mini-entrevista ao psiquiatra Daniel Sampaio a propósito das tecnologias de informação nas escolas.

Numa sociedade a que temos de nos adequar tecnologicamente, quais serão, na sua opinião, as vantagens e desvantagens da implementação em força nas escolas, por exemplo, dos computadores Magalhães?

DS – O computador Magalhães é uma excelente ideia, porque nas gerações dos nossos alunos quem não trabalhar bem com os computadores será depressa excluído. Mas o que interessa mais é que o Magalhães seja usado na sala de aula, como instrumento de trabalho e não para jogos ou para ficar nas bibliotecas. Na minha opinião, os alunos deveriam utilizar o Magalhães em TODAS as aulas.

Todos os instrumentos podem ser bem ou mal utilizados. A faca que é útil para cortar o pão pode cortar o braço, se for mal usada. Considero que a internet é um avanço extraordinário, em breve não poderemos viver sem ela. Quanto aos jovens, há que dizer-lhes para a utilizar com regras: mas esse não é o trabalho do professor?

DS – As crianças e adolescentes estão hoje bastantes conectados à internet, por exemplo. No entanto, haverá sempre quem defenda o uso da mesma como útil e fundamental para o desenvolvimento das suas capacidades, como haverá sempre quem critique a utilização desta ferramenta, por vezes desviada. Parece-lhe, a si, que baste o bom senso para evitar o referido desvio ou devemos ter um olhar mais profundo sobre a questão?

Qual deve ser, na sua opinião, o papel dos professores e educadores para com os seus alunos no que toca a todas as variantes de utilização das TIC?

DS – Pesquisar com eles, ajudá-los a gerir a informação obtida, discutir em grupo, tirar dúvidas. Vejo professores mandar pesquisar na internet e depois não ajudarem os alunos a hierarquizar o que encontraram...

O Comité Sindical Europeu da Educação (CSEE) criou o Fórum Europeu para a Educação à Distância com o objectivo de se entender melhor o uso das TIC na educação. Acha possível que em Portugal se possa vir a realizar com sucesso a prática do e-learning?

DS – Sem dúvida, se vencermos medos e preconceitos.



# Eu, os meus alunos e as TIC

✧ Fernando Albuquerque Costa

✧ Licenciado em Psicologia e doutorado em Ciências da Educação pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, onde é professor desde 1988. Desenvolve actividade docente e de investigação, desde 1996, no domínio das Tecnologias Educativas



*“The only way schools will change is if teachers change them”*

Quando há cerca de três décadas se começa a desenvolver as primeiras experiências educativas visando tirar partido da capacidade de processamento dos computadores, longe estávamos de imaginar a realidade tal como hoje a conhecemos. Seria quase impossível antever, aliás, o grau de generalização que estas modernas tecnologias haveriam de ter nos mais diferentes sectores da sociedade em geral e na escola em particular.

Embora a presença de computadores na escola, por si só, não signifique qualquer mudança do ponto de vista da aprendizagem, não deixa de ser significativo o esforço que está a ser feito para equipar as escolas com as novas tecnologias digitais, vulgarmente designadas de tecnologias de informação e comunicação.

Ainda que com algum atraso relativamente a países mais ricos, o nosso país é na actualidade um caso sobre o qual incidem as atenções, nomeadamente pela aposta feita ao nível do incentivo à aquisição de computadores pessoais pelos próprios alunos ao longo da escolaridade obrigatória e de que a iniciativa do computador Magalhães, por ter como alvo todos os alunos dos quatro primeiros anos de escolaridade, é o exemplo mais saliente.

Mesmo que se possa pôr em causa o modo como estas medidas de política educativa são desencadeadas e implantadas no terreno, ignorando na maior parte dos casos a importância que poderia ter o envolvimento da própria escola e dos seus agentes na participação activa nos processos de inovação e mudança, é inegável que estamos perante algo radicalmente diferente de todas as outras tecnologias que, ao longo de mais de um século, foram sendo trazidas para a escola e aí experimentadas.

Tecnologias que nunca conseguiram verdadeiramente impor-se em contexto escolar, à excepção de algumas, muito poucas, como é o caso do giz e do quadro preto ou mesmo do manual escolar. Tecnologias que iam aparecendo a um ritmo marcado pelo desenvolvimento tecnológico e à medida do interesse que cada uma das novidades tecnológicas ia suscitando nos mais entusiastas. Todas elas concebidas e produzidas fora da escola, ou seja, sem qualquer ligação com necessidades de natureza pedagógica e didáctica ou determinadas pelos objectivos de aprendizagem dos alunos.

A sua introdução na escola e a sua utilização para fins educativos tinha, no entanto, um denominador comum que aqui importa realçar até para podermos fazer o contraponto a propósito das potencialidades do computador nos dias de hoje: eram sobretudo tecnologias destinadas ao professor e ao ensino, isto é, tecnologias que tinham como principal função a de apoiar o professor na sua tarefa de transmissão dos conteúdos escolares, na sua tarefa de ensinar. Desde a lanterna mágica à televisão educativa, da rádio ao cinema, passando pela projecção de opacos ou, mais recentemente, a projecção de transparências ou de vídeo, a todos esses meios e equipamentos subjazia a

etiqueta de meios audiovisuais, uma vez que assentavam numa mesma ideia nuclear que visava ajudar a tornar mais concretos as ideias e os conceitos abstractos que o professor tinha de ensinar.

Ora, é precisamente aí que reside a diferença essencial das tecnologias de informação e comunicação hoje disponíveis: não são ferramentas destinadas aos professores, mas sim ferramentas do aluno; não são ferramentas para apoiar a transmissão do conhecimento, mas sim ferramentas que permitem e implicam a participação activa, por cada um, na construção do seu próprio conhecimento.

Ferramentas em que não é a posse do saber que conta – um saber geralmente inerte, acumulado nos manuais –, mas a capacidade de acesso que cada um pode ter a conhecimento útil, rico e autêntico e a capacidade para avaliar e seleccionar a informação em função de critérios de qualidade ou de pertinência em função do que, num determinado momento, se está a explorar e a aprender. O acesso às fontes e a especialistas, mas também ao conhecimento que resulta da interacção com os outros, ou da participação num vasto conjunto de comunidades de interesse e de aprendizagem disponíveis à distância de um simples clique, são possibilidades reais que fazem já parte do nosso quotidiano e que, em última análise, nos obrigam a repensar a escola tal como a conhecemos.

É grande, de facto, o desafio!

Não apenas pelo enorme potencial que o computador encerra para com ele construirmos conhecimento e desenvolvermos a nossa capacidade de aprendizagem, pelo impacto decisivo que isso pode ter enquanto catalisador de inovação e mudança, por exemplo ao nível das práticas educativas, mas também, como não poderia deixar de ser, porque é outro o



mundo em que vivemos, com o que isso significa em termos de repto à própria escola no seu todo enquanto motora e líder das mudanças da sociedade em que está inserida.

De facto, como recentemente escrevi no texto de apresentação do livro *As TIC na Educação Em Portugal. Concepções e práticas*, publicado pela Porto Editora em 2008, a complexidade do mundo em que vivemos, mas também a caducidade e a incerteza que caracterizam hoje os saberes – saberes que eram antes o principal esteio da Escola –, são dimensões que exigem que os indivíduos que a frequentam sejam preparados de forma diferente e dela saiam com competências até agora pouco trabalhadas e sem as quais dificilmente poderão ter sucesso em contextos sociais e profissionais cada vez mais exigentes, competitivos e altamente selectivos.

Pelas três razões acabadas de enunciar, isto é, o potencial das tecnologias como ferramenta de aprendizagem, o efeito indutor que esse tipo de utilização pode trazer em termos de uma nova cultura de aprendizagem e, por último, o impacto que, por sua vez, essa nova realidade pode provocar em termos de relevância e incremento do papel da escola no desenvolvimento da sociedade em que está inserida, podemos afirmar que estamos, de facto, perante algo sem paralelo na história da instituição escolar.

Se ao investigador interessa perceber como pode ser promovida a utilização regular das tecnologias de informação e comunicação nas actividades escolares, e como isso pode gerar a inovação e a mudança dos processos de ensinar e aprender desde há muito enraizados, ao professor interessará perceber não só o que fazer e como, mas sobretudo o que isso implica-

rá em termos de desenvolvimento da sua profissionalidade docente, de investimento pessoal e de participação no colectivo, mas também em termos de relação com o próprio conhecimento, de relação com os outros, enfim, de relação consigo próprio e com o mundo à sua volta.

Superada a principal justificação para ainda o não terem feito – a de as escolas não estarem convenientemente apetrechadas e equipadas –, pelo menos para aqueles que reconhecem já o benefício que o uso regular das novas tecnologias digitais poderá trazer para os objectivos da educação formal, diria que, no nosso país, estarão finalmente reunidas as condições mínimas necessárias para que cada professor se disponha a entrar no admirável mundo novo de que falava Aldous Huxley.

Tratando-se de um primeiro passo apenas na longa caminhada em direcção a uma escola nova, é a oportunidade de cada um de nós poder participar activamente no processo, tomando em suas mãos a responsabilidade sobre um futuro melhor para todos, dentro e fora dela.

Na prática, é também a oportunidade para cada professor se questionar mais profundamente sobre o porquê da utilização na escola destes novos meios de acesso e construção de conhecimento, sobre o que fazer com eles e para que objectivos em concreto, tentando perceber o caminho que terá de percorrer, o investimento pessoal e profissional que terá de fazer e em que áreas específicas, para ser capaz de proporcionar aos seus alunos a vivência de ambientes de aprendizagem que os computadores e a Internet podem tornar mais ricos, estimulantes e eficazes.

A reflexão sobre as competências actuais e o posicionamento esclarecido e crí-

tico relativamente ao conjunto de competências necessárias para poder criar contextos de aprendizagem significativa com tecnologias é algo absolutamente essencial e que tem de fazer parte das preocupações de cada professor enquanto profissional. É isso que se passa em todas as outras profissões em que o potencial transformador das tecnologias de informação e comunicação é reconhecido e é isso que tem de passar a acontecer também, por maioria de razão, no seio da própria escola e dos seus principais agentes – os professores.

Muito embora a formação profissional dos docentes, reconhecidamente, tenha sido até hoje insuficiente e insatisfatória no que diz respeito à integração das tecnologias de informação e comunicação no currículo, valorizando sobretudo a aprendizagem das ferramentas, na maior parte das vezes sem qualquer ligação aos objectivos escolares e sem possibilidade de os professores as experimentarem em contexto de sala de aula, também a esse nível o nosso país acaba de dar um passo decisivo e que aqui faz sentido referir.

Trata-se de um conjunto de orientações relativamente à formação de professores para o uso das tecnologias de informação e comunicação em contexto curricular, tendo precisamente como horizonte a inovação das práticas pedagógicas, numa perspectiva investigativa e tendo como base a partilha de experiências e a colaboração com a restante comunidade educativa. Para além do uso instrumental das tecnologias como ferramentas funcionais no seu contexto profissional (domínio de competências digitais básicas), para alcançar aquele objectivo, prevê-se ainda um patamar intermédio pelo qual se espera que cada professor passe e que, no

essencial, visa a integração das tecnologias como recurso pedagógico poderoso, mobilizando-as para o desenvolvimento de estratégias de ensino e de aprendizagem, numa perspectiva de melhoria das aprendizagens dos alunos.

Como tivemos oportunidade de mencionar no sumário executivo da proposta que há cerca de um ano apresentámos por solicitação do Ministério da Educação, intitulado *Competências TIC. Estudo de Implementação*, em que essas orientações são apresentadas e justificadas, trata-se de um referencial de competências ajustado à realidade portuguesa, se bem que beneficiando do conhecimento de outros referenciais internacionais estudados. Um referencial que deve ser tomado “como base de reflexão e de apoio ao desenvolvimento profissional dos professores, na medida em que facilita o processo de análise de necessidades de formação individuais e institucionais, a tomada de decisão sobre processos e percursos formativos, a orientação dos investimentos,

a avaliação dos resultados, a investigação sobre a própria mudança de práticas ou melhoria do sistema escolar.”

Embora talvez tenha passado despercebido à maioria dos docentes e responsáveis pelas dinâmicas de formação de professores, apesar da sua publicação estar disponível no sítio do Plano Tecnológico da Educação (<http://www.escola.gov.pt/docs/CompetenciasTIC-EstudoImplementacaoVoll.pdf>), estamos em crer que será um instrumento fundamental para responder aos objectivos de modernização da escola em Portugal e de preparar convenientemente os agentes educativos para usarem regularmente e poderem tirar partido das tecnologias de informação e comunicação na melhoria das aprendizagens dos alunos.

Nesse sentido deve ser entendida também a Portaria n.º 731/2009 (Diário da República, 1.ª série, n.º 129 de 7 de Julho) que, na sequência do referido estudo, cria formalmente o Sistema de Formação e de Certificação em Competências TIC para

docentes em exercício de funções nos estabelecimentos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.

Como da leitura atenta desses dois documentos se pode concluir, estamos de facto perante uma nova realidade também neste domínio no nosso país, não mais fazendo sentido esconder a cabeça na areia como as avestruzes. Situação essa muito frequente e que de forma tão eloquente Seymour Papert nos apresenta na sua emblemática obra *A Família em Rede* publicada em Portugal pela editora Relógio D'Água há pouco mais de uma dezena de anos (1997) e cuja leitura se sugere veementemente.

Para concluir este pequeno contributo em resposta ao amável convite que me foi dirigido pelo secretário-geral da FNE, e para que cada um possa, desde logo, fazer uma primeira avaliação do caminho a percorrer, aqui fica o conjunto de macro competências do professor propostas no referencial de formação e de certificação anteriormente referido.

### Macro competências do Professor

#### O Professor...

- Detém conhecimento actualizado sobre recursos tecnológicos e seu potencial de utilização educativo.
- Acompanha o desenvolvimento tecnológico no que implica a responsabilidade profissional do professor.
- Executa operações com Hardware e sistemas operativos (usar e instalar programas, resolver problemas comuns com o computador e periféricos, criar e gerir documentos e pastas, observar regras de segurança no respeito pela legalidade e princípios éticos, ...)
- Acede, organiza e sistematiza a informação em formato digital (pesquisa, selecciona e avalia a informação em função de objectivos concretos...).

- Executa operações com programas ou sistemas de informação online e/ou off-line (aceder à Internet, pesquisar em bases de dados ou directórios, aceder a obras de referência, ...)
- Comunica com os outros, individualmente ou em grupo, de forma síncrona e/ou assíncrona através de ferramentas digitais específicas.
- Elabora documentos em formato digital com diferentes finalidades e para diferentes públicos, em contextos diversificados.
- Conhece e utiliza ferramentas digitais como suporte de processos de avaliação e/ou de investigação.
- Utiliza o potencial dos recursos digitais na promoção do seu próprio desenvol-

vimento profissional numa perspectiva de aprendizagem ao longo da vida (diagnostica necessidades, identifica objectivos).

- Compreende vantagens e constrangimentos do uso das TIC no processo educativo e o seu potencial transformador do modo como se aprende.

Para além do necessário trabalho de desdobramento que cada uma destas macro competências exigirá, talvez faça sentido tomá-las também e desde logo como base para a reflexão e o debate alargado sobre a escola que temos e queremos para o Século XXI.

#### Referências

Costa, Fernando [Coord.] (2008). *Competências TIC. Estudo de Implementação* (Vol. I). Lisboa: GEPE/ME. (versão online em <http://www.escola.gov.pt/docs/CompetenciasTIC-EstudoImplementacaoVoll.pdf>). • Costa, F., Peralta, H. & Viseu, S. (Eds.). (2008). *As TIC na Educação em Portugal. Concepções e Práticas*. Porto: Porto Editora. • Huxley, Aldous (1946). *Admirável Mundo Novo*. Lisboa: Editores Associados. (texto integral em português, não revisto, em [http://www2.secth.com.br/imagens/editor/e-book/aldous\\_huxley\\_admiravel\\_mundo\\_novo.pdf](http://www2.secth.com.br/imagens/editor/e-book/aldous_huxley_admiravel_mundo_novo.pdf)). • Papert, Seymour (1997). *A Família em Rede. Ultrapassando a barreira digital entre gerações*. Lisboa: Relógio D'Água.

# A esperança de que os alunos fujam para a escola

✦ Eduardo Sá

✦ Doutor em Ciências da Educação



*“...as novas tecnologias representam uma janela fantástica para o conhecimento.”*

Tenho dito que a escola não serve para instruir mas para educar. Serve para construirmos pessoas melhores! E que uma escola amiga das crianças põe (sem as atropelar) a boa educação à frente das formações científica e técnica. E ganharmos, se reconhecer connosco – em relação aquilo que podemos ser – que somos todos mal-educados. Da mesma forma que nunca somos amados mas amáveis, nunca somos educados mas educáveis.

Numa escola em todos somos encarregados da educação de todos, as novas tecnologias representam uma janela fantástica para o conhecimento. Em primeiro lugar, através do acesso dos alunos aos computadores pessoais e à internet. Reconheço que, nalguns momentos, as entregas de Magalhães terão sido objecto dum populismo que essa medida não mereceria. Mas, por outro lado, verificar que as crianças de Norte a Sul e dos mais diversos extractos sociais e económicos passaram a aceder a um computador pessoal transforma o Magalhães no rosto duma revolução tranquila, de alcance inimaginável, que irá decerto democratizar ainda mais o acesso ao conhecimento e ao ensino. Em segundo lugar, por mais que não se devam iludir os riscos que pode esconder, a internet será a mais fantástica enciclopédia de que a Humanidade já dispôs. Tê-la ao alcance dum clicar torna o desafio da educação muito mais



exigente para o professor e mais participado para os pais.

Mas se a tecnologia abre janelas no conhecimento, as novas tecnologias ao dispor dos professores acaba por estimular a criatividade em sala de aula, tornando a aprendizagem muito mais dinâmica e interactiva. Deixando de confundir repetir e recriar.

Tenho esperança que, com tamanhas transformações, os alunos não só fujam para a escola como, também, ela fuja para uma relação mais próxima e interactiva com quem o educa. Espero, todavia, que – também em relação aos professores – mais escola não se confunda com melhor escola. E que a sua tarefa seja, pro-

gressivamente, assumida como um bem de primeira necessidade que os deixará de querer como burocratas da educação.

Continuo a achar que uma escola mais aberta tornará as pessoas melhores. A escola transforma-se a partir da família, e o mundo de dentro da escola para fora dela. É por isso que por cada aluno que abandona a escola ela devia fechar três dias (por luto e para imaginar, com garra, as formas engenhosas com que o trará de volta). E quando os professores mais velhos (que são um norte para os colegas, para as crianças e para as famílias) a deixam, magoados por maus-tratos de que se sentem vítimas, devia ser o sistema educativo a fechar. Re-inventando-se para a sabedoria.

# NTIC's – Novas Tecnologias de Informação e Comunicação

✦ Leonilde Olim

✦ Dirigente do SDPMadeira



A inovação que mais influenciou no desenvolvimento da sociedade dos finais do século XX e princípio do século XXI foi a das tecnologias de informação e comunicação (TIC). Os avanços tecnológicos no âmbito das TIC proporcionaram-nos uma especial etapa de desenvolvimento humano e levaram a mudanças na sociedade – agora denominada de “sociedade de informação”. As novas tecnologias de informação e comunicação vieram revolucionar toda uma geração, constituindo-se como pilares que sustentam e estruturam a sociedade dos nossos dias.

Esta revolução também aconteceu na Escola. Na Escola as tecnologias são o principal vector de trabalho, não apenas para os docentes, mas também para discentes, e para toda uma comunidade educativa que depende do uso da tecnologia para avançar.

As metodologias de trabalho utilizadas são influenciadas pelas novas tecnologias e meios audiovisuais. Isto obrigou a Escola a investir fortemente na aquisição de todo o tipo de material informático – tal como ia acontecendo nas instituições públicas, nas escolas, na indústria, no comércio, no turismo, etc.

A nível educativo, fez-se uma aposta grande (por vezes, até desmesurada?) na aquisição de meios que permitam aceder e trabalhar permanentemente numa rede que nos liga ao mundo, e que nos permite pesquisar tudo de uma forma

prática, rápida, sem sair do nosso espaço e aproximando-nos de todos, a nível do ciberespaço.

É assim que cada vez mais professores e alunos recorrem às ferramentas de trabalho disponíveis e aos múltiplos programas disponibilizados.

*“Na Escola as tecnologias são o principal vector de trabalho, não apenas para os docentes, mas também para discentes...”*

Como é natural, em face deste contexto ao longo das duas últimas décadas, foram dinamizadas várias acções de formação, destinadas a todos os docentes, para proporcionar o seu desenvolvimento profissional e adequar a sua capacidade de dar uma melhor resposta educativa, tendo em conta a nova realidade.

Na RAM a formação nesta área foi bastante: computadores, Internet, multimédia...

Recentemente surgiu o desafio da inovação ao nível das metodologias e didácticas com recurso a Quadros Interactivos Multimédia (QIM). Com mais esta novidade surgiram novas necessidades de

alargar o âmbito da formação contínua de docentes.

O SDP-MADEIRA realizou diversas Acções de Formação que tratavam especificamente da problemática da utilização dos QIM como ferramenta potenciadora dos materiais pedagógicos, mas também com um contexto na qual se criam condições favoráveis a práticas de partilha de recursos e ao desenvolvimento de trabalho em equipa.

Pensamos ser fundamental que os professores adquiram formação sobre QIM, devido às suas vantagens, nomeadamente a facilidade do uso, a novidade, a necessidade de variar estratégias, a acessibilidade à informação. Espera-se que com estas formações se logre o objectivo de melhorar a qualidade pedagógica, trazendo o mundo para dentro da sala de aula – e com directos reflexos nas aprendizagens dos alunos.

Trata-se de uma resposta aos desafios da inovação. Mas é importante que não se deixe de garantir os níveis de exigência na qualidade desta formação. A aposta no trabalho em rede com os centros de formação dos Sindicatos da FNE e com o ISET surge-nos como um espaço que deve ser explorado para benefício de todos os docentes portugueses e como uma estratégia sindical assumida pela FNE.

Acresce ainda a potenciação da partilha de recursos e a consequente utilização múltipla desses recursos.



# O Professor e as TIC: contributos para literacia digital

▲ José Luis D'Orey

▲ Doutor em Ciências da educação. P.Q.N.D. da Escola EB 2,3/Sec. Dr. Hernâni Cidade. Investigador colaborador no Centro de Investigação em Educação e Psicologia da Univ. de Évora. Membro da Direcção do SDP Sul e do Secretariado Nacional da FNE.



O **Plano Tecnológico para a Educação** (PTE), inspirado em diversos estudos e relatórios, nacionais e internacionais, desencadeou, no contexto do **Plano Tecnológico**, diversas iniciativas que procuram facilitar o acesso às tecnologias como a via privilegiada para a criação de conhecimento mobilizável e a promoção da literacia digital.

Um dos estudos de diagnóstico que serviu de referência à elaboração do PTE, definiu **três eixos** de actuação – **Tecnologia, Conteúdos e Formação** – englobando, cada um, vários projectos.

Nos dois últimos anos têm vindo a ser apresentados relatórios de execução destes projectos, sendo que os que ganharam mais visibilidade são que se encontram associados ao **Eixo Tecnologia**.

Em Junho de 2009, o Ministério da Educação divulgou alguns dados que se reportam à infra-estrutura já implementada, no todo ou em parte, em algumas escolas. Referem-se valores que, no conjunto, dão a ideia de um número elevado de salas e de escolas capazes de responder aos desafios tecnológicos, encontrando-se equipadas com computadores, quadros interactivos e vídeo-projectores.

Os números revelam um investimento significativo e, embora se saiba que continuam a existir fortes assimetrias na distribuição do equipamento, a meta tecnológica é facilmente quantificável. Mas qual a **meta educativa**?

Se é certo que o relatório de diagnóstico, que serviu de referência à definição do PTE, aponta para a necessidade de melhorar a infra-estrutura, importa também referir que outros aspectos devem ser equacionados, nomeadamente no que se refere a resultados que traduzam **níveis de aprendizagem e de competências alcançados**.

Os utilizadores e as suas motivações não podem ficar de fora na *“fórmula”* que dita o sucesso educativo do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC). Qualquer plano que ignore esse aspecto estará, certamente, condenado ao fracasso por mais recursos tecnológicos que se disponibilizem.

Não basta garantir o acesso às TIC. O **factor crítico de sucesso** mais significativo prende-se com o **desenvolvimento de competências** e, particularmente, com a **motivação dos indivíduos**. Essa motivação poderá ser tanto maior quanto mais oportunidades puder criar para uso da tecnologia disponível, o que passa por qualificar os utilizadores. Assim, o apetrechamento informático da sala de aula e de outros espaços educativos, em simultâneo com a **qualificação e formação dos professores**, é essencial.

Tendo em conta os dados disponíveis e comparando-os com outros países de referência, à luz do **modelo “acesso-competências-motivação”** em TIC, Portugal, numa Europa a 15, apresenta um dos

**mais baixos níveis de motivação para o uso das TIC no espaço educativo.**

Este dado pode levar-nos a reflectir e deve merecer a especial atenção por parte da tutela. Os projectos **Competências TIC** e **Portal das Escolas**, em particular, devem ser alvo de uma monitorização permanente, que permita avaliar o seu grau de eficácia, tendo em conta os fins para os quais foram planeados.

Sendo reconhecido, em vários estudos que, a título individual, quer os alunos, quer os professores utilizam com regularidade as TIC, sabe-se também que, em contexto educativo (de sala de aula e afins), a **utilização de conteúdos digitais para aprendizagens e auto e hetero-avaliação, é ainda muito limitada**. Neste sentido, os professores devem sentir-se motivados para **incluir nos seus planos de desenvolvimento e formação individual metas de cariz tecnológico** que lhes permitam reorientar as suas capacidades e competências procurando atingir níveis de aprendizagens, dos seus alunos, mais elevados.

É, portanto, necessário continuar a motivar os alunos e, particularmente, os professores para o uso educativo das TIC. Uma outra forma de o fazer será começar por, em cada escola/agrupamento, **identificarem-se os professores inovadores capazes de promover a literacia digital**. São estes professores que, num contexto local, podem **incentivar outros**

*“Deve, portanto, estimular-se a criação de equipas pedagógicas multidisciplinares capazes de produzirem recursos multimédia ajustados aos contextos, promotores da auto-formação bem como instrumentos de avaliação em suporte digital.”*

professores para a produção, disponibilização e uso de conteúdos digitais, em contexto de sala de aula ou como complemento das actividades lectivas.

A meta educativa para o uso das TIC passa, em grande parte, por se produzirem **conteúdos e aplicações multimédia de qualidade certificada** e uma **atitude colaborativa** que crie uma **cultura de rede com a partilha de conhecimento e interacção**, para os quais os **professores inovadores** são fundamentais.

Embora o projecto **Portal das Escolas**, já referido, possa ser considerado uma iniciativa interessante, na medida em que pode vir a constituir um importante **repositório de recursos educativos**, ele não será consequente se não for acompanhado de **medidas que estimulem os docentes à produção desses conteúdos e sua disponibilização e uso em plataformas de apoio à aprendizagem**.

Pouco impacto terão estas iniciativas se não emergirem **novas atitudes pedagógicas e didácticas** entre os docentes, baseadas nos referidos modelos de **aprendizagem colaborativa**. Deve, portanto, estimular-se a **criação de equipas pedagógicas multidisciplinares** capazes de **produzirem recursos multimédia ajustados aos contextos, promotores da auto-formação bem como instrumentos de avaliação em suporte digital**.

É também aqui que os **professores mais qualificados e motivados para o uso educativo das TIC** devem ser **incentivados e reconhecidos por júris credíveis**, num contexto de certificação de competências e identificação de provas dadas da sua capacidade de **liderança tecnológica**, para coordenar tais equipas.

Contudo não bastará a motivação. Vários estudos evidenciam, que é necessá-

rio **mais tempo para a preparação de aulas** pela alteração de rotinas e a criação de novos hábitos, quando o uso das TIC para fins educativos ainda não está plenamente interiorizado. Como tal, devem ser dadas condições aos professores para que estes possam disponibilizar-se para o **trabalho colaborativo** a nível de estabelecimento, vendo aumentada a sua componente individual de trabalho, **reduzindo o número de horas noutras componentes do seu horário**.

Esta é uma condição é imprescindível. Tem-se verificado, a partir de dados de intervenções formativas envolvendo as TIC, que se não forem dadas as referidas condições de trabalho e se forem exigidas estas tarefas aos docentes, tende a aumentar a resistência à sua concretização (até entre mais motivados).

Numa outra vertente, para além da necessidade de investir na **produção, validação e certificação de conteúdos** de elevada qualidade pedagógica, há que apostar, em simultâneo, na **criação e dinamização de plataformas de e-learning** que possam constituir o meio para a utilização partilhada dos referidos conteúdos em suporte electrónico.

Acresce que, para além do tempo que é necessário despender na produção de conteúdos, importa também que se aposte na **formação contínua dos professores para a produção e partilha de conteúdos digitais**. Essa formação não deve limitar-se ao desenvolvimento de competências técnicas para a produção de conteúdos. Deve preocupar-se em **enquadrar conteúdos e competências em contexto curricular e didáctico de cada disciplina ou área disciplinar**.

No que respeita à qualidade destas iniciativas, se é importante que o processo

formativo decorra segundo padrões de excelência, é igualmente necessário que **os produtos dessas acções sejam certificados** por entidades reconhecidamente competentes.

Em resumo, importa implementar não só um **modelo de certificação de conteúdos**, como também um **modelo de certificação de competências dos docentes em TIC** (pela formação contínua, ou pela apreciação de um portefólio ou dossier de evidências) credível e de alta qualidade.

No entanto, para que a mudança seja efectiva e duradoira, **é necessário que os professores adiram em massa às tecnologias** e transfiram as suas aprendizagens e competências, adquiridas na formação contínua, ou em contextos não formais, para **uma prática pedagógica indispensavelmente baseada nas TIC**. Por outro lado, a ocorrência de **ajustamentos curriculares**, em que o uso das TIC esteja formalmente contemplado, quer pelo recurso a **conteúdos digitais**, quer pela sua **disponibilização, exclusiva, em plataformas de aprendizagem em todas as disciplinas e áreas disciplinares do currículo**, constituirá, igualmente, um forte incentivo à generalização do uso educativo das TIC.

Por fim, a aposta na manutenção técnica dos equipamentos não pode ser descurada nem ficar exclusivamente, a cargo de professores, como muitas vezes acontece. Cada escola ou agrupamento deve garantir a **assistência técnica de qualidade** que, sendo da responsabilidade de **técnicos recrutados para o efeito**, permita, em permanência, o bom funcionamento da infra-estrutura tecnológica (equipamentos e redes), sob pena da rápida desmotivação e de desperdício no investimento.





**Instituto Superior de Educação e Trabalho**

**Novo**

# **MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

## **Especialização em Animação Sociocultural**

Vocacionado para a formação de especialistas em Animação Sociocultural capazes de

- compreender e identificar necessidades de grupos ou comunidades,
- conceber e implementar estratégias e dinâmicas de intervenção,
- coordenar Instituições,
- conceber, coordenar e desenvolver projectos de Animação Sociocultural,
- dirigir:
  - ⇒ ATL/OTL e sectores de animação de tempos livres em escolas,
  - ⇒ bibliotecas escolares e bibliotecas do concelho,
  - ⇒ centros comunitários/de dia/lares,
  - ⇒ clubes de jovens,
  - ⇒ instituições de apoio à família/ de acolhimento de crianças e jovens,
  - ⇒ instituições de reinserção social,
  - ⇒ sectores específicos de unidades hospitalares.

**Inscrições abertas até 25 de Janeiro de 2010**

**Início de aulas previsto para final de Fevereiro de 2010**

**Nota : As aulas decorrerão à 6ª feira das 16h00 às 21h00 e ao sábado das 9h00 às 17h30**

# **FORMAÇÃO ESPECIALIZADA**

## **Supervisão Pedagógica e Formação de Formadores**

**Inscrições abertas até 25 de Janeiro de 2010**

**Nota : As aulas decorrerão ao sábado das 9h00 às 17h30**

**Mais informações**

**[www.iset.pt](http://www.iset.pt)**

**Rua Pereira Reis, 399 4200-448 Porto , telef 225073890**